

## A Difícil Supressão das Relações Mercantis

JOÃO QUARTIM DE MORAES\*

A dificuldade liminar da questão - como se pode compreender, do ponto de vista do marxismo, a desagregação da União Soviética? - está em esclarecer o que devemos entender por ponto de vista do marxismo. No caso, certamente não há de ser a letra dos textos de Marx e Engels. Nenhum dos dois previu nada semelhante à União Soviética e ao hoje extinto "campo socialista internacional" ou "socialismo real". Seria então o espírito de seus escritos? Sem dúvida, mas como ele não está na letra como o fruto em sua casca, é mais fácil invocá-lo do que defini-lo. Dispomos, entretanto, de uma sólida exposição, no mais rigoroso espírito marxista, dos princípios políticos da revolução socialista. Por uma não casual ironia histórica, *O Estado e a Revolução* (já que evidentemente é a esta obra maior de Lenin que estamos nos referindo) foi redigido antes (em agosto-setembro de 1917) e publicado logo depois (início de 1918) da Grande Revolução de Outubro. Atualização recapitulada dos escritos de Marx e de Engels sobre as experiências revolucionárias do proletariado parisiense, em especial a da Comuna de Paris, essa síntese lenineana reafirma, contra o rebaixamento teórico do programa da Internacional Socialista (sob o influxo preponderante da ala direita conduzida por Bernstein e do centro kautskista), o valor universal das formas de organização do poder político corporificadas na efêmera mas grandiosa tentativa revolucionária empreendida em 1871 pelos operários franceses. A ironia cronológica de *O Estado e a Revolução* está em que, reiterando, às vésperas da Revolução de Outubro, a concepção marxista do Estado operário como forma política de superação da forma estatal, fixava de antemão o mais nítido parâmetro teórico para criticar o Estado que iria realmente ser engendrado pela revolução. Embora tenha vivido o suficiente para apontar as deformações burocráticas precoces da República dos Sovietes, tampouco Lênin pôde prever

\* Professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

que a tomada do poder pela classe operária russa, a destruição da máquina burocrático-militar do czarismo, a coletivização dos meios essenciais de produção, não conduziram aos exaltantes objetivos históricos em nome dos quais se fizera a Revolução.

As derrotas sofridas pela classe operária alemã, húngara e italiana, notadamente, entre 1918 e 1924, ao bloquear o avanço internacional da revolução proletária, bloquearam também as perspectivas de desenvolvimento acelerado da Rússia soviética. Vale lembrar que não somente Marx, Engels e outros dirigentes socialistas do século XIX, mas também os bolcheviques e todos os comunistas do primeiro quarto do século XX - aqueles que fundaram e dirigiram o Komintern - conceberam a revolução proletária como um processo internacional. Estavam a tal ponto convencidos de que nos escombros materiais e morais deixados pela grande guerra interimperialista de 1914-18 a "ordem nova" operária e socialista iria se impor não apenas na Rússia, mas em toda a Europa e de que, portanto, Outubro de 1917 havia configurado apenas o início de um processo de envergadura planetária, que Lenin, em 1919, ao abrir o congresso de fundação do Komintern, saudou os participantes anunciando estar próxima a hora da fundação da República Soviética Mundial...

As medidas ditatoriais adotadas pelos bolcheviques durante o chamado comunismo de guerra (1918-22) foram portanto concebidas como excepcionais. Configuravam sem dúvida um desvio de rota relativamente ao paradigma da Comuna de Paris e ao próprio conceito de ditadura do proletariado, já que em vez de direção política da sociedade pela classe operária organizada, isto é, em vez de ditadura de classe, havia na Rússia soviética a ditadura do Partido Bolchevique.

Com a notável exceção de Rosa Luxemburgo, os principais teóricos e dirigentes marxistas revolucionários aceitaram a necessidade daquele desvio de rota, entendendo-o como um recuo tático imposto pela força das circunstâncias. O assassinato de Rosa Luxemburgo em janeiro de 1919 pela contra-revolução alemã, sem destruir seus argumentos a favor da democracia socialista, reforçou a opinião dos dirigentes bolcheviques de que a violência contra-revolucionária era imperativo contrapor a violência revolucionária.

Ao recuo tático da ditadura de classe para a ditadura do Partido somou-se, a partir de 1923, com a adoção da "nova política econômica" (NEP), novo recuo, também concebido como tático, mas afetando agora a base econômica da sociedade. A NEP, com efeito, consistiu no apelo ao potencial de desenvolvimento capitalista de amplos setores, principalmente agrários, da economia soviética. Embora conservando a propriedade eminente do solo, o Estado operário cedeu-o lhe a posse à pequena e média empresa camponesa.

A NEP durou muito menos do que o previsto e a ditadura do Partido muito mais. Nesta dupla dissincronia resume-se o desencontro histórico do poder bolchevique com a política marxista. Trotski, como se sabe, foi o primeiro dirigente comunista de envergadura a teorizar este desencontro. *A Revolução Trai-*

da, que publicou em 1936, desenvolve uma interpretação global da degenerescência burocrática do Estado operário soviético, sustentando notadamente que a apropriação do poder político pelo Partido Bolchevique e sua conseqüente fusão com o aparelho estatal havia engendrado um estrato ou camada burocrática que preservara as bases econômicas do socialismo (coletivização dos meios de produção), mas colocando-as a serviço de seus interesses particulares de categoria social privilegiada.

Embora a crítica de Trotski abrangesse todos os aspectos da sociedade soviética submetida à ditadura staliniana - àquela altura já francamente terrorista -, o princípio de explicação em que se apoiava era assumidamente político (usurpação burocrático-ditatorial do poder operário). O conteúdo econômico de sua crítica cinge-se ao inventário das distorções e disfuncionamentos resultantes da gestão burocrática do aparelho produtivo. A natureza das relações de produção e conseqüentemente o próprio modo de produção da economia soviética não são analisados concretamente em sua singularidade histórica. *A Revolução Traída* permanece prisioneira da contradição que pertinentemente formulou: de um lado o caráter objetivamente socialista da base econômica; de outro, sua apropriação pela burocracia staliniana. Nesta contradição não resolvida configuram-se a força e a fraqueza da interpretação de Trotski.

A força: permaneceu válida até o fim - isto é, até Gorbachov - a tese de que o fator estratégico do bloqueio da evolução socialista da União Soviética residia na autonomização do poder político relativamente à sociedade e notadamente em relação à classe operária. A apropriação do Estado pela burocracia, a osmose do aparelho de Estado com o aparelho do Partido, a concentração ditatorial de todos os poderes efetivos na cúpula do Partido-Estado, enfim, a metamorfose da ditadura do proletariado em ditadura *sobre* o proletariado constituíram, ao longo das décadas que seguiram a publicação de *A Revolução Traída*, o ponto de referência do debate marxista sobre a União Soviética.

A fraqueza: a insuficiência de sua análise econômica e, portanto, da elucidação das relações de produção na URSS. Deixa sem resposta teórica a determinação da lógica objetiva da evolução da economia soviética.

A busca desta resposta passava pela superação crítica do caráter superestrutural da explicação trotskista, através da hipótese de que a burocracia constituía uma classe social, concebida por alguns como de tipo novo (assim o marxista italiano Umberto Melotti identificou um novo modo de produção na sociedade soviética, o coletivismo burocrático), por outros, como restabelecimento do capitalismo (tese sustentada pelos comunistas chineses após sua ruptura com a URSS).

O desmantelamento abrupto do "socialismo real", por menos ecléticos que queiramos ser, não desmentiu nem confirmou nenhuma dessas hipóteses. A fulminante rapidez com que se processou, primeiro nas "democracias populares", depois na URSS, a tomada do poder pela reação liberal dá parcialmente razão às teses trotskistas, na medida em que ficou demonstrada a falta de consistência histórica da burocracia: ela parece ter se comportado, de fato, não como uma classe dominante, mas como uma categoria superestrutural umbilicalmente ligada às estruturas do Estado e do Partido. Porém o fato, também incontestável,

de que a derrocada da burocracia deu lugar não a um avanço da classe operária e do socialismo, mas a um retrocesso generalizado, desmente o utopismo messiânico da "revolução permanente" e aponta para a questão decisiva que o trotskismo não pensou: a lógica objetiva das relações de produção do "socialismo real".

Mais ambígua ainda é a verificação da tese maoísta de que desde Kruchov o capitalismo havia sido restabelecido na URSS. Se a tese fosse verdadeira, então a capitulação de Gorbatchov diante do liberalismo rançosamente reacionário de Boris Ieltsin *et caterva* e a caótica demolição das estruturas econômicas soviéticas não teriam maior significação, já que de há muito lá estaria instaurado o capitalismo. Antiteticamente, porém, cabe notar que a rápida e voraz reconversão ao capitalismo de ampla parcela de funcionários do Partido e do Estado do extinto socialismo real mostrou que continuava fortemente ativa neste modo de produção *sui generis* a função da moeda como cristalização da riqueza social e, portanto, a possibilidade de restabelecer, mediante a liquidação do coletivismo estatal e da planificação, a lógica da acumulação capitalista.

A questão da persistência da moeda e das relações mercantis em todos os países do campo socialista internacional, agora reduzido quase completamente à Ásia, constitui o mais sério desafio teórico para o marxismo contemporâneo. A URSS e adjacências desabaram porque não conseguiram ultrapassar a etapa estatal da coletivização dos meios de produção. Conseqüentemente, a planificação central, instância investida da função decisiva de coordenar os meios de produção em vista da satisfação das necessidades e objetivos sociais, permaneceu também cristalizada em seu momento estatal, aprofundando assim a contradição entre o interesse da burocracia e os interesses da sociedade. Resolver progressivamente essa contradição seria fortalecer o princípio do controle social relativamente ao controle estatal e, portanto, superar a planificação burocrática pela planificação democrática. Havia, porém, uma forma historicamente regressiva de supressão da contradição entre a apropriação estatal dos meios de produção e as forças sociais de produção: a instauração da propriedade capitalista. Foi esta a opção de Gorbatchov, que Boris Ieltsin levou adiante, com efeitos catastróficos.

MORAES, João Quartim de. A difícil supressão das relações mercantis. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.67-70.

***Palavras-chave:*** Relações Mercantis; Trotsky; Maoísmo.